

SUBJETIVIDADE E PARADIGMA DE CONHECIMENTO

Jeni Vaitsman

Pesquisadora-titular da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz e doutora em Sociologia.

A CONCEPÇÃO MODERNA DE CIÊNCIA

Decerto torna-se redundante falar em ciência moderna, pois esse conjunto de práticas e saberes, institucionalmente articulados como produção de verdades, surgiu justamente com as sociedades modernas por volta do Renascimento, no século XVI europeu. Parte do mesmo processo foi o desenvolvimento da concepção de indivíduo livre e racional que, sendo consciente de seus atos, também poderia descobrir as leis da natureza e ser sujeito de si e do conhecimento.¹ Os filósofos iluministas do século XVIII fariam da razão, da ciência, da lei natural o fundamento de uma verdade universal, que conduziria inexoravelmente ao progresso da humanidade, libertando-a dos grilhões do obscurantismo e da religião.

Se nas sociedades “primitivas” havia relação de identidade e homologia entre ser humano/natureza, a sociedade moderna produziu um sistema de conhecimento do mundo natural como exterior, independente e objetivo em relação ao sujeito. Também diferente da tradição grega, onde o conhecimento era contemplação, filosofia, a concepção moderna de ciência, que se inaugura com Bacon, é a de um conhecimento sistemático fundado na observação e na experiência. A racionalidade que se desenvolve a partir daí baseia-se agora na razão de um sujeito cognoscente que não se confunde com o objeto que pretende dominar pelo conhecimento. A separação radical entre sujeito e objeto é uma das marcas distintivas da ciência moderna.

A concepção de que existe um mundo objetivo e independente das pessoas que nele vivem e dele falam, pavimentou a via sobre a qual a ciência construiu seus procedimentos práticos e discursivos, afirmando a objetividade, a verificação e a mensuração.

Mais especificamente com Descartes, o projeto científico assumiu que existia uma verdade no mundo da natureza. Descoberta, essa verdade seria transformada em leis e expressariam as regularidades que regem o movimento da natureza. A razão começa a ser vista não apenas como traço distintivo do ser humano, mas como habilidade a ser aprendida, um modo de pensar estruturado num método, diferente de outros modos de pensar.

A observação correta de certas regras simples que caracterizam esse método deveria capacitar um observador a distinguir entre o falso e o verdadeiro. Assim, a boa aplicação do método asseguraria o caminho da descoberta da verdade, a qual seria comprovada pela linguagem matemática. Nesse contexto, o mesmo método poderia ser aplicado às várias ciências, que em seu conjunto constituiriam a unidade da razão.² Dentro dessa concepção de neutralidade, o cientista apenas descobre algo que existe objetivamente fora dele, ou seja, independente de sua subjetividade.

A ciência cartesiana desenvolve-se como exercício cognitivo da mente, uma decorrência da sabedoria humana, da razão, que é sempre uma só, ainda que aplicada a diferentes objetos. A ciência unificada baseia-se num único método científico que produz a verdade independente do objeto.

Ainda no século XIX, as disciplinas que se conformaram como ciências sociais e humanas, também seguiram esse modelo para a explicação dos fenômenos relativos aos comportamentos humanos e desenvolvimento social. Buscavam leis e regularidades, determinações na evolução e transformação dos indivíduos ou das sociedades. Teorias sociais tão diferentes entre si como o positivismo, o marxismo e o funcionalismo, surgiram como parte dessa mesma visão, ainda que no final do século XIX começasse a ser questionada a viabilidade de uma ciência social objetiva, que adotasse o método e o estatuto das ciências naturais.

Além da objetividade, a idéia de um conhecimento expresso através de leis universais que legitimariam as práticas científicas corretas é a marca distintiva desse paradigma de conhecimento hegemônico até o início do século XX.

A EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE

No nosso século, tanto nas ciências sociais quanto nas ciências físicas e naturais, a valorização da autonomia, da subjetividade, emergirá como eixo de um novo paradigma, integrando-se à imagem do objeto da ciência. Uma nova forma de se representar a relação entre sujeito e objeto, bem como entre indivíduo, natureza e sociedade, desenvolve-se como parte de transformações históricas de uma condição pós-moderna que, segundo Lyotard,³ se delineia desde o final do século XIX. O pós-moderno seria uma condição dos discursos nas sociedades mais desenvolvidas. Um estado da cultura que se institui após transformações que desde então vêm afetando as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes. Na pós-modernidade, os saberes em diferentes campos não conseguiriam mais legitimar suas regras por filosofias universalistas da história que “narram uma estória” abrangente - por exemplo, a narrativa iluminista do progresso da razão e liberdade, a dialética hegeliana do espírito em progresso de auto-conhecimento, ou a marxista, sobre o fim da alienação e da divisão social do trabalho que levaria à sociedade igualitária, por meio da tomada do poder pela classe operária, a qual representaria os interesses universais da humanidade.

Perderam legitimidade os discursos totalizantes e universalistas. A ciência hoje não mais pretende um projeto unificador, seus discursos tornaram-se mais cautelosos ao afirmar suas verdades, ou, ainda mais radicalmente, renunciaram a estabelecer qualquer forma de verdade, ainda que provisória.

As práticas discursivas, científicas, políticas, modernas inserem-se em metanarrativas abrangentes que as legitimam e garantem que elas se constituam como práticas corretas. Na condição pós-moderna, essas metanarrativas teriam se tornado obsoletas, ineficazes para explicar o que se passa no mundo. Para Lyotard,⁴ a fragmentação e a heterogeneidade das sociedades contemporâneas fazem com que suas práticas não possam mais ser legitimadas por esse tipo de discurso que pretende totalizar o conjunto da experiência humana. O pós-moderno é pensado então como “incredulidade em relação às metanarrativas” e se produz enquanto crise que atinge os discursos, as expressões artísticas, culturais e científicas pretensamente universais, unificadoras do conjunto da experiência de uma humanidade em geral.

O universalismo afirmou-se como idéia típica do pensamento político, filosófico e científico que inaugurou a modernidade, porém o eixo do discurso pós-moderno está na crítica feita aos impasses que essa idéia encobre. Como circunstância histórica, a pós-modernidade implica mudanças técnicas e organizacionais; no entanto, o pós-modernismo, enquanto tendência dos

movimentos culturais e políticos, produz-se por meio de discursos fragmentários. A crítica pós-moderna argumenta que a unidade e o universalismo da razão acabaram, na prática, restringindo-se à racionalidade das categorias e grupos sociais dominantes no mundo ocidental.

Essa crise dos discursos universalizantes eclodiu como parte da emergência da problemática do “outro”, ou seja, dos movimentos de afirmação de identidades raciais, étnicas, sexuais, locais, etc., que identificam nos discursos derivados da concepção iluminista de razão universal, a dominação empírica de uma razão branca, masculina, burguesa e ocidental.⁵ O pós-moderno poderia então ser lido como “consciência da crise do projeto moderno que oferece novas condições para a releitura e a crítica desse projeto”, como “um ponto de vista privilegiado sobre a modernidade”.⁶

Ao valorizar as experiências particulares de grupos e indivíduos, as tendências pós-modernas rejeitam qualquer idéia de totalidade, desde a concepção de uma história universal da humanidade até o domínio de estilo único ou solução técnica. Assim, nessa nova situação histórica e nova condição discursiva, aceita-se a coexistência e a mistura de códigos e de mundos, em diferentes campos, reconhece-se a heterogeneidade. No pós-moderno, a pluralidade, o particular e o local contrapõem-se a idéias de unidade, de geral e de universal, que constituíam o eixo do pós-modernismo.

Do ponto de vista de mudança paradigmática é que em vários campos disciplinares - nas Ciências Humanas, Sociais, Biológicas e Físicas - observa-se uma mesma tendência de redefinição: de discursos articulados em torno da idéia de verdade/objetividade e falsidade/subjetividade, para outros onde tais dicotomias não se colocam como definidoras das relações entre sujeito e objeto. O objeto, seja ele a sociedade ou a natureza, não existe como a priori, objetivamente: ele é construído pelos sujeitos. O surgimento desse paradigma foi a evidência da crise do modelo cartesiano que marcou a constituição das formas de conhecimento da ciência moderna.

Quando a objetividade, o determinismo e as leis universais começam a ser questionadas, a idéia de unidade da ciência perde a legitimidade, a força política que tivera até então. Aos poucos, a idéia de determinação, não apenas no mundo social, mas também no mundo da natureza, começou a ser vista como insuficiente para explicar fenômenos que agora se colocam como complexos, trazendo a indeterminação e o acaso dentro de si.

Na Biologia, a idéia de subjetividade também incorporou-se ao modo como se passou a conceber a organização dos sistemas vivos. Pela noção de autopoiese, considera-se que tudo o que é vivo é autocriativo e os organismos, como sistemas vivos, são autopoieticos, criadores de si próprios.⁷

A partir do último quartel de nosso século, essa imagem do objeto da ciência começa a se configurar como “novo paradigma”. A concepção de que os fenômenos, naturais ou sociais são complexos, ao fazer ruir a idéia de objetividade, fez ao mesmo tempo emergir as idéias de aleatoriedade e acaso e, com isso, as noções de subjetividade e singularidade, ou seja, autonomia.

Se o mundo da vida é irracional, caótico, isto tem conseqüências para o objeto da ciência, que não pode ser considerado como algo fixo, mas plástico, cambiante a cada momento. Para Morin, o principal teórico da complexidade, a “única coisa que é real é a conjunção da ordem e da desordem”.⁸

Se o paradigma anterior fundamentava-se em torno das idéias de ordem, lei, determinação e objetividade, estamos agora diante da concepção de ciência que inaugura uma articulação conceitual entre a ordem, a desordem, a interação e a organização”,⁹ onde o “determinismo cedeu lugar à problemática de uma ordem tornada inevitavelmente mais complexa”.¹⁰ Para Morin,¹¹ não é que tudo seja caos, pois a ordem também existe, ainda que de modo complementar à desordem. A racionalidade não seria mais sinônimo de certeza, nem a probabilidade significaria ignorância. A idéia de complexidade constituiria uma busca de saídas para a crise do determinismo. Os fenômenos - no mundo físico, biológico e social - são vistos como complexos, multidimensionais. Não se considera mais sujeito e objeto como separados, mas sim que existem numa relação sempre instável e em mudança.

Afastando-se da tradição cartesiana que lhe deu origem, essa concepção de ciência não se vê como afastada, separada do mundo, mas como parte dele, da cultura onde se desenvolveu. Os problemas que ela coloca, assim como o vocabulário que utiliza para construir esses problemas, são considerados como parte de uma época, de uma cultura, de um “regime de verdades”, como nos mostrou Foucault.¹²

Os discursos e resultados da ciência estão intimamente imbricados a processos históricos e seus resultados são apenas parciais e provisórios. De fato, essa concepção também expressa novo regime, dentro do qual se considera que, se a ciência revela algum tipo de verdade, essa é construída, relacionada a processos históricos e lingüísticos, a estruturas de poder. O conhecimento científico não é mais tratado como “representação exata” da realidade, como “espelho da natureza”,¹³ e sim como uma forma de representação da realidade entre outras. Não se consideram mais as descrições científicas como transparentes e objetivas, mas sim construções da realidade, discursos sobre o mundo, o que os aproxima das formas de construções literárias e artísticas.

Nas ciências humanas e sociais, afirmou-se a idéia de que a heterogeneidade e a pluralidade das identidades sociais não podem ser explicadas por meio de discursos unificadores e universais, os quais acabam-se tornando um exercício arbitrário de submissão da diferença - um silenciamento, por detrás da neutralidade, das vozes e desejos de distintas categorias de “outros”.¹⁴

Incerteza, contextualidade, contingência, singularidade, particularidade, passaram a conviver ou mesmo a substituir, nesta visão de ciência, a antiga concepção de conhecimento que pudesse abarcar a totalidade, descobrir a verdade e estabelecer leis gerais sobre o desenvolvimento histórico ou fenômenos da natureza.

A representação do mundo, das coisas e dos sistemas como criativos, subjetivos, faz parte de um movimento que deu ao sujeito um novo lugar como produtor do mundo em que vive. Diante de uma

mesma situação, as pessoas dão respostas diferentes e conseguem resultados diferentes. Surgiu o reconhecimento de que a idéia de indivíduo universal excluiu as diferenças entre os sujeitos.

SUBJETIVIDADE E DIFERENÇA

A partir do último quartel do século XX, transformações sócio-econômicas, políticas e culturais vêm afetando significativamente os modos de vida e organização social em que boa

parte das populações mundiais se insere. A globalização da economia, o desenvolvimento de novas tecnologias de trabalho e sobretudo da indústria eletrônica, a unificação do mercado mundial, inclusive o de trabalho implicou ao mesmo tempo um processo de homogeneização e de heterogeneização. Uma das conseqüências das mudanças técnicas sem contrapartida no plano da igualdade social foi o aumento da fragmentação social, dos guetos pauperizados, a favelização das cidades, a exclusão social.

A coexistência entre mundos diferentes e que nem sempre conseguem se comunicar é a realidade sócio-cultural do capitalismo hoje, a qual apresenta várias dimensões conflitantes. O fracasso do projeto de igualdade e o aumento da desigualdade social revelou-se sobre tudo nas duas últimas décadas, quando os efeitos excludentes do processo de modernização se constituíram em entraves para que os princípios universalistas da modernidade se realizassem. Essa situação histórica, além das transformações na organização técnica, social e política do capitalismo, significou também mudança cultural na política, relativa à emergência de novo modo de expressão da subjetividade, fundado na idéia da “diferença”.

As reivindicações de singularidades subjetivas e autonomização emergiram no bojo desse mesmo processo. Como mostrou Guattari¹⁵ as mesmas transformações tecnológicas que levaram a uma tendência de homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade também levaram a uma tendência heterogenética, quer dizer, ao reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. É assim que o trabalho com computador produz imagens que conduzem a universos plásticos insuspeitados; ou então ajuda na resolução de problemas matemáticos que seriam inimagináveis de serem resolvidos até algumas décadas atrás.

O que está no centro de todo esse processo em suas dimensões históricas, sociais e científicas é a negação dos modelos unívocos e o reconhecimento da pluralidade. Um outro modo de dizer isso é falar que diferentes subjetividades lutam por se fazer reconhecer segundo as próprias singularidades. Na sociedade contemporânea, não se consegue mais, como queria o projeto universalista da ciência, da filosofia e da política, homogeneizar os diferentes sujeitos, objetos e discursos.

Há concomitância de dois movimentos. Por um lado, um dos efeitos políticos dessa condição social fragmentada é a dificuldade de agir tendo como finalidade qualquer projeto mais amplo, global; o que colocaria o pragmatismo como a única filosofia possível de ação. Por outro lado, essa situação também produziu formas de atuação no mundo distintas daquelas que caracterizam momentos em que se supunha a possibilidade de totalização e identidade entre os sujeitos. Essas formas procuram integrar a idéia e a prática das diferenças na conquista e institucionalização da igualdade.

O que isso quer dizer mais exatamente? Que vivemos um momento histórico em que diferentes categorias sociais se constituem como sujeitos políticos, ou seja, como atores cujas reclamações específicas não podem ser reduzidas exclusivamente às reivindicações universalistas do projeto iluminista, o qual até mesmo para que pudesse se realizar, deveria ser radicalizado na dimensão das diferenças entre os sujeitos. O projeto da modernidade, em sua vertente liberal, fez do indivíduo universal seu sujeito político; na vertente socialista, esse papel caberia à classe operária, encarnação dos interesses da humanidade. Hoje a constituição

dos sujeitos passa por critérios de identidade coletiva que os define enquanto parte de certos grupos, como mulheres, negros, homossexuais, etnias. As lutas revolucionárias pela transformação global da sociedade estão dentro do paradigma universalista; as lutas específicas centradas em reivindicações feministas, de direitos étnicos, sexuais, religiosos, de qualidade de vida, estão dentro de um paradigma contextualista.

Situa-se aqui o que na história contemporânea Guattari¹⁶ considera como o domínio cada vez maior das exigências de singularidade subjetiva - querelas lingüísticas, reclamações autonomistas, questões nacionalistas que, numa ambigüidade total, exprimiriam, por um lado uma reivindicação de tipo liberação nacional, mas por outro, encarnariam o que ele denomina de “reterritorializações conservadoras da subjetividade”.¹⁷

A condição contemporânea sugere que as reivindicações das singularidades subjetivas não cabem mais nas representações universalistas da subjetividade. Os caminhos abertos pela tecnologia através da comunicação permitem formas, por meio de novas modalidades de gestão do trabalho, descentralizadas de trabalho e abrem um mundo de possibilidades para a interatividade e a emergência criadora da subjetividade.

No inundo do trabalho, a crise do sistema fordista baseado na linha de montagem, onde o trabalhador é peça de uma engrenagem sobre a qual ele não tem controle, também poderia acenar em direção à maior autonomia do trabalhador. Nos vários campos do social, nas formações disciplinares - na Psicoterapia, na Educação, no Planejamento ou na Saúde -, observa-se todo um movimento que preconiza ações definidas pela participação, singularização, criatividade.

Na área da saúde mental, Guattari¹⁸ afirma que os componentes mais heterogêneos concorreriam para a evolução positiva das condições de saúde de um doente: as relações com o espaço arquitetônico, as relações econômicas, a co-gestão entre o doente e os responsáveis pelos diferentes vetores de tratamento, a apreensão de todas as ocasiões de abertura para o exterior, a exploração processual das “singularidades” dos acontecimentos, enfim tudo aquilo que pode contribuir para a criatividade e para uma relação autêntica com o outro. Também no campo da saúde, Castiel argumenta que o organismo reage de forma diferente a elementos estressores, dependendo de como um determinado indivíduo enfrenta um estressor e modula sua reação. Cada pessoa lida, de modo singular, com os estímulos psicossociais que recebe. Assim, tanto a clínica quanto a epidemiologia precisariam incluir a multiplicidade, “incorporar o aleatório, o acaso, o inesperado” na ciência, reconhecer a “singularidade do humano e seus modos de adoecer”.¹⁹

Esta perspectiva também se coloca na crítica transdisciplinar ao paradigma da produção e ao economicismo, feita por Neef, Elizalde e Hopenhayn.²⁰ Para eles, a concepção de desenvolvimento não deveria se reduzir a uma questão de produtividade ou a índices como Produto Nacional Bruto, baseados justamente sobre indicadores quantitativos de desenvolvimento e não sobre indicadores qualitativos. A concepção de desenvolvimento deveria ter como eixo a humanização de um mundo em crise. A noção de desenvolvimento deveria permitir melhoria na qualidade de vida e ser baseada nas necessidades humanas. Desenvolvimento e necessidades humanas seriam, portanto, componentes irreduzíveis de um mesmo processo, referindo-se às pessoas e não às coisas.

Novas necessidades e tentativas de soluções desenvolvem-se quando profissionais de distintos campos se defrontam com os limites e insuficiências colocados pelo paradigma calcado apenas na idéia de objetividade e mensuração. Fora de dúvida, isso sinaliza mudança em direção à valorização da subjetividade, das diferenças, tratando-se de novo modo de se representar o mundo e as relações entre as coisas e pessoas que aí vivem. Para alguns, essa seria uma ciência pós-moderna.²¹

Para Guattari²² estaríamos diante da formação de um paradigma estético, pois do mesmo modo que um artista plástico cria novas formas a partir da palheta de que dispõe, criam-se novas modalidades de subjetivação. Isso poderia levar a uma mudança das mentalidades e a promoção de um novo modo de viver em sociedade. Um processo de recomposição coletiva da sociedade teria que passar por uma “revolução molecular”, onde a subjetividade se re-singularizasse e se pudesse criar uma forma de democracia política e econômica, onde se respeitassem as diferenças culturais e individuais, onde o sujeito tivesse um lugar definido de forma singular.

A idéia de autonomia hoje está presente em distintas ciências e disciplinas, o que implica também a autonomia do objeto. Não é só o sujeito que é autônomo em relação ao objeto, mas o próprio objeto se autoconstroi. De fato, o que parece estar ocorrendo é que as fronteiras entre sujeito e objeto ficaram menos demarcadas.

Uma reorganização democrática da sociedade não poderia passar então apenas pelo desenvolvimento da ciência ou da técnica, seguindo modelos que definiriam verdades existentes independentemente do sujeito, mas implicariam a participação e a criação do próprio sujeito. Essa transformação, nas formas de agenciamento da subjetividade, alcançaria, então, o modo de vida, as atividades políticas, as terapias, as pedagogias, os modos de funcionamento das instituições em geral.

CONCLUSÕES

Aqui, chegamos às encruzilhadas que nos colocam os tempos atuais. Se por um lado, falamos em criatividade e subjetividade, por outro o paradigma tecno-econômico, que hoje vem se tornando dominante, coloca ênfase na produtividade. As mudanças tecnológicas, em si, jamais provocaram automaticamente a melhoria das condições de vida e trabalho do conjunto da população, muito pelo contrário. Na verdade, a condição histórica contemporânea não seria, em si mesma, necessariamente progressista ou conservadora, tudo dependendo, como coloca Guattari, “de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação”.²³ Tudo depende de como as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais serão construídas e apropriadas politicamente pelos diferentes grupos, segmentos, setores que constituem a sociedade. A situação que se configura hoje é que a introdução de novas tecnologias e o fracasso do projeto de igualdade social aumentaram, talvez como nunca, e globalmente, as clivagens sociais.

Não só como elemento constituinte do conhecimento, mas enquanto questão política, a emergência da subjetividade significou o desenvolvimento de maneiras de se pensar as relações sociais. As desigualdades passaram a ser vistas sob outra ótica, não como resultado de determinações unívocas e universais, mas de relações que podem passar por múltiplos critérios e determinantes, os quais devem ser entendidos em seu significado contextual, histórico e cultural.

A heterogeneidade e fragmentação social contemporâneas fizeram com que os modelos abrangentes e universais que orientam as práticas e discursos, em diferentes campos, tenham se tornado insuficientes para dar respostas aos problemas surgidos. Hoje, a pluralidade, a convivência entre a multiplicidade de modelos para se explicar ou agir sobre uma realidade, ganhou legitimidade política.

É dentro dessa mudança paradigmática que a questão da diferença passou a ocupar lugar central na agenda política e cultural contemporânea, desdobrando-se em pelo menos duas dimensões. A primeira, societal, refere-se ao reconhecimento da existência de categorias sociais que se distinguem como portadoras de uma identidade coletiva própria, baseada em um sentido de pertencimento de gênero, cor, opção sexual, por exemplo.

A segunda dimensão é a individual. Implica o reconhecimento de direitos ancorados nas identidades individuais. O indivíduo, como objeto de qualquer ação interventora - por exemplo, a educação ou a medicina - deve ser reconhecido enquanto um locus de singularidade, que produz e define necessidades específicas que devem ser ouvidas e respeitadas.

As sociedades contemporâneas têm produzido desigualdades fundadas em diferenças de identidades, de gênero, cor, opção sexual. A construção de uma sociedade democrática deveria supor o reconhecimento das diferenças entre os sujeitos - coletivos e individuais - para que as desigualdades pudessem ser combatidas por políticas específicas que visassem solucionar a perversa equação entre diferença e desigualdade. Por isso mesmo, seria preciso que políticas sociais fossem ancoradas nas experiências, identidades e necessidades de diferentes categorias, permanentemente contextualizadas.

Esta seria uma pedra angular na reconstrução cultural, política, institucional e jurídica das formas de organização da vida cotidiana. As diferenças não deveriam significar desigualdade social, mas pluralidade. Para isso, seria preciso incorporar a diversidade da experiência de diferentes grupos e indivíduos, mas, sobretudo, dar espaço para que os excluídos, com suas identidades diferenciadas, falem por suas próprias vozes, constituam-se como sujeitos de suas próprias vidas.

A pluralidade de discursos ou teorias científicas veio corresponder à complexidade da sociedade contemporânea, com sua heterogeneidade social. Não se acredita mais que exista uma resposta certa para uma mesma pergunta, e a ciência, a política, a filosofia hoje podem - e devem - fazer diferentes tipos de perguntas. O desafio que as formas de conhecimento nos coloca, em suas várias modalidades, poderia conduzir a práticas mais democráticas que não hierarquizassem as diferenças, ou seja, constituíssem modos de tornar iguais os diferentes.

A constituição dos sujeitos contemporâneos, que possam realizar socialmente seu potencial de diferença, significa reconhecer que os diferentes indivíduos - seja a partir de seus sexos biológicos; raça; religião; cultura; opções e seus desejos; e comportamentos - existem enquanto pluralidades complexas e irredutíveis umas às outras.

Trata-se então de construir caminhos práticos, teóricos e institucionais que insistam nas diferenças como locus de subjetividade e de construção de identidades coletivas e individuais, mas que não sirvam de meios de legitimação para a desigualdade social.

NOTAS

- ¹ LUZ, M. T. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- ² LLOYD, G. *The man of reason*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.
- ³ LYOTARD, J. F. *La condition postirioderne*. Paris: Ed. de Minuit, 1979.
- ⁴ Id. *ibid.*
- ⁵ ver, a esse respeito: NICHOLSON, L., FRASER, N. *Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism*. In: NICHOLSON, L. *Feminism and postmodernism*. New York: Routledge, 1990; FLAX, J., *Postmodernism and Gender relations in feminist theory*. In: NICHOLSON, L. *op. cit.*; HUYSSSEN, A. *Mapping the postmodern*. *New German Critique*, n. 33, 1984.
- ⁶ HOLLANDA, H. B., *A mulher entre duas histórias*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1, jul., 1990 Caderno Idéias/Ensaaios, p. 4.
- ⁷ MATURANA, H. R., VARELA, F. J. *De maquinas y seres vivos*. Santiago, Universitaria, 1973.
- ⁸ MORIN, E. *La méthode*. Paris: Ed. de Seuil, 1977. V.1, p. 75.
- ⁹ PESSIS-PASTERNAK. *Do caos à inteligência artificial*. São Paulo:UNESP, 1991, p. 18.
- ¹⁰ Id. *ibid.*, p. 19.
- ¹¹ MORIN, E. *op. cit.*, p. 19.
- ¹² FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Martins Fontes, 1966.
- ¹³ RORTY, R. *A filosofia como espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- ¹⁴ ver, a esse respeito, LYOTARD, J. F. *La condition postmoderne*. Paris: Ed. de Minuit, 1979; NICHOLSON, Linda, FRASER, Nancy., *Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism*. In: NICHOLSON, Linda (Ed.) *Feminism and postmodernism*. N York: Routledge, 1990.
- ¹⁵ GUATTARI, F., *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ¹⁶ Id. *ibid.*
- ¹⁷ Id. *ibid.*, p. 13.
- ¹⁸ Id. *ibid*
- ¹⁹ CASTIEL, L. D. *O buraco e o avestruz: a singularidade do adoecer humano*. Campinas: Papyrus, 1994. p. 193.
- ²⁰ NEEF, M. , ELIZALDE, A., HOPENHAYN, M., et al. *Human scale development: an option for the future*. *Development Dialogue*, Uppsala, 1989.
- ²¹ SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ²² GUATTARI, F., *op. cit.*
- ²³ Id. *Ibid.*